



Síntese de Legislação Nacional n.º 1647

Semana de 30 de setembro a 4 de outubro de 2019

Regulamentação Colectiva de Trabalho

Distribuição de produtos alimentares

[Declaração de Retificação n.º 50/2019](#)

04/10/2019

Retifica a [Portaria n.º 252/2019](#), de 9/08 que determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA) e outras e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços Comércio, Restauração e Turismo - SITESE (comércio por grosso) publicado no [BTE 24/2019](#), de 29/06/2019

Atividade agrícola e pecuária, exploração silvícola ou florestal, no distrito de Beja

[BTE 36/2019](#)

29/09/2019

Contrato coletivo entre a Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Integração em níveis de qualificação no CCT publicado no [BTE 11/2019](#), de 22/03/2019

Indústria Alimentar pelo Frio

[BTE 36/2019](#)

29/09/2019

Contrato coletivo entre a ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Integração em níveis de qualificação no CCT publicado no [BTE 17/2019](#)

Legislação

Geral: Alterações fiscais

[Declaração de Retificação n.º 49/2019](#)

04/10/2019

Declaração de retificação à [Lei n.º 119/2019](#), de 18/09, «Alteração de diversos códigos fiscais» *(deve ter havido novamente lapso pois não se vislumbram nesta retificação quaisquer alterações relativamente ao texto inicial)*

e

[Ofício-circulado n.º 30213/2019](#)

01/10/2019

A Autoridade Tributária divulga instruções administrativas tendo em vista a clarificação das alterações mais significativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15/02, que regula o



processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como a conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte.

e

[Ofício-circulado n.º 20 212/2019](#)

24/09/2019

A Autoridade Tributária esclarece as dúvidas suscitadas quanto à aplicação temporal da nova redação do artigo 67.º do Código do IRC, introduzida pela Lei n.º 32/2019, de 3/05, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2016/1164.

Assim, determina que as alterações introduzidas devem aplicar-se aos gastos de financiamento líquidos realizados desde o início do período de tributação em que a lei entrou em vigor e que, regra geral, coincidirá com o dia 1 de janeiro de 2019.

Geral: BREXIT (sem acordo)

[Decreto-Lei n.º 147/2019](#)

30/09/2019

Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo. São previstas medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo que regule as seguintes matérias:

a) Serviços financeiros;

b) Segurança social

1) Serviços financeiros

- São aprovadas medidas de transição que permitem às instituições de crédito, empresas de investimento e entidades gestoras com sede no Reino Unido, que na data de saída do Reino Unido da União Europeia se encontrem autorizadas a prestar serviços e atividades de investimento, continuar, provisoriamente, a fazê-lo em Portugal, dispondo de tempo necessário para cessar os contratos em curso e os investimentos associados;
- São aprovadas medidas de contingência relativamente aos contratos relativos à receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis e outras operações de crédito, assegurando assim os serviços junto dos clientes bancários;
- Permanecem em vigor os contratos de seguro, cobrindo riscos situados em território português ou em que Portugal seja Estado-Membro, cujo segurador seja empresa de seguros com sede no Reino Unido e tenham sido celebrados ao abrigo de uma autorização para o exercício da atividade seguradora em Portugal.

2) Segurança social

- De forma a proteger as expectativas dos cidadãos em relação aos seus direitos em matéria de segurança social, para acesso a prestações sociais e pensões, prevê-se a contabilização dos períodos em que descontou para a segurança social do Reino Unido após a data da saída e até 31 de dezembro de 2020.
- Prevê ainda que as prestações por doença, por parentalidade, por invalidez, por sobrevivência, por acidentes de trabalho e por doenças profissionais, por morte, por desemprego, por pré-reforma e familiares que se encontrem em pagamento à data da saída do Reino Unido continuem a sê-lo enquanto se encontrarem preenchidas as condições de atribuição.

Data de produção de efeitos: a partir da data de saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo que regule as matérias abrangidas pelos respetivos capítulos.

Data de cessação de efeitos: 31/12/2020

e

Imposto sobre Veículos (ISV)

[Ofício-circulado n.º 35 110/2019](#)



24/09/2019

A Autoridade Tributária vem esclarecer o tratamento fiscal a dar aos veículos procedentes do Reino Unido, em sede de Imposto sobre Veículos (ISV), caso se concretize a saída daquele país da União Europeia, sem acordo.

Geral: C. Imposto do Selo - Declaração Mensal de Imposto do Selo

[Portaria n.º 339/2019](#)

01/10/2019

Aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 287/2003](#), que constam do Anexo I, da qual faz parte integrante.

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

Geral: alteração ao Código do Trabalho

[Declaração de Retificação n.º 48/2019](#)

03/10/2019

Declaração de retificação à [Lei n.º 90/2019](#), de 4/09, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12/02, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9/04, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9/04, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade»

Geral: Propriedade Intelectual - pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades

[Declaração de Retificação n.º 45/2019](#)

01/10/2019

Declaração de retificação à [Lei n.º 92/2019](#), de 4/09, «Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente (14ª alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro, 3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro, e 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho)»

Geral: coeficiente de atualização de rendas para 2019

[Aviso n.º 15225/2019](#)

01/10/2019

Fixa em 1,0051 o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2020.

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

Geral / Serviços para animais de companhia: taxa de registo de animais

[Portaria n.º 346/2019](#)

03/10/2019

Fixa em 2,50 € por animal, para o biénio 2019 e 2020, a taxa aplicável pelo registo de animais de companhia no Sistema de Informação de Animais de Companhia, em cumprimento do artigo



17.º do [Decreto-Lei n.º 82/2019](#), de 27/06, que estabeleceu as regras de identificação dos animais de companhia.

Data de produção de efeitos: 25/10/2019

Agricultura: incentivos

[Portaria n.º 338/2019](#)

30/09/2019

8ª alteração à [Portaria n.º 152/2016](#), de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

Data de produção de efeitos: 01/10/2019

Administração Pública Regional: Conselho Económico e Social dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2019/A](#)

04/10/2019

Regulamenta o [Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A](#), de 5/07, que criou o Conselho Económico e Social dos Açores.

Justiça:

Medida «Fundo de Garantia de Alimentos a Menores + Ágil» - *Programa Simplex+*

[Portaria n.º 347/2019](#)

04/10/2019

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, concretizando a medida do Programa Simplex+ «Fundo de Garantia de Alimentos a Menores + Ágil»

Data de produção de efeitos: 20/11/2019

e

Medida «Informação ao Tribunal + Direta» *Programa Simplex+*

[Portaria n.º 348/2019](#)

04/10/2019

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e a Segurança Social no âmbito dos processos tutelares cíveis e de promoção e proteção, concretizando a medida do Programa Simplex+ «Informação ao Tribunal + Direta»

Data de produção de efeitos: 04/03/2020

e

Modelos de articulados para procedimentos de massa / redução da taxa de justiça

[Portaria n.º 341/2019](#)

01/10/2019

Regulamenta os modelos a que devem obedecer os articulados no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa, previstos no n.º 3 do artº 99.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, bem como os formulários de articulados suscetíveis de determinar a redução da taxa de justiça aplicável aos processos administrativos, previstos no n.º 9 do artº 6.º do Regulamento das Custas Processuais, a fim de evitar que a deficiente elaboração dos articulados contribua para a morosidade na resolução dos processos submetidos à jurisdição administrativa e fiscal.

Data de produção de efeitos: 07/01/2020 - relativamente aos procedimentos de massa. E 01/04/2020 - relativamente à apresentação de peças processuais com recurso aos formulários facultativos de articulados.



e

Julgados de paz - taxas

[Portaria n.º 342/2019](#)

01/10/2019

Aprova o novo regime de cobrança das taxas devidas nos julgados de paz e fixa os termos da respetiva repartição entre o Ministério da Justiça e os Municípios e demais entidades parceiras referidas nos atos constitutivos de cada julgado de paz.

Data de produção de efeitos: 01/01/2020

Defesa:

Autoridade Marítima Nacional – taxas de serviços

[Portaria n.º 662/2019](#)

03/10/2019

1ª alteração à [Portaria n.º 506/2018](#), de 2 de outubro, que aprova o Regulamento de Serviços Prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima

Data de produção de efeitos: 31/10/2019

e

Regulamento de Uniformes do Exército

[Portaria n.º 345/2019](#)

02/10/2019

Aprova o Regulamento de Uniformes do Exército

e

Cartão de livre-trânsito e cartão de identificação profissional

[Portaria n.º 661/2019](#)

03/10/2019

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional e livre-trânsito do pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, em cumprimento do artigo 17.º do [Decreto-Lei n.º 276/2007](#), de 31/07, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração direta e indireta do Estado.

Proteção Civil: combate a incêndios florestais – período crítico

[Despacho n.º 8644-B/2019](#)

30/09/2019

Prorrogação, até 10 de outubro, do período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, para o ano de 2019

Educação e Ensino: educação inclusiva

[Declaração de Retificação n.º 47/2019](#)

03/10/2019

Declaração de Retificação à [Lei n.º 116/2019](#), de 13/09, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), de 6/07, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva»

Setor da Saúde: Ordem dos Fisioterapeutas

[Lei n.º 122/2019](#)

30/09/2019

Cria a Ordem dos Fisioterapeutas e aprova o respetivo Estatuto



Atividade de Apoio Social: Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)

[Despacho n.º 8701-B/2019](#)

01/10/2019

Define as regras para o programa de apoio financeiro complementar à execução do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) - <http://poapmc.portugal2020.pt> - no que se refere à 2.ª fase.

Data de produção de efeitos: 02/10/2019